

## A Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do campo – Funcionamento e Património (das origens a meados do séc. XVIII)



A história do Concelho de Vila Franca do Campo está agora mais rica. A tese de Mestrado de João Luís Andrade Medeiros, magnificamente escrita, alarga os horizontes de todos os que amam a sua terra.

A dissertação intitulada “A Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do campo – Funcionamento e Património (das origens a meados do século XVIII)” é o resultado feliz de um longo e intensíssimo trabalho de investigação. Consagra o esforço da atenção e a firmeza do espírito do seu autor. João Luís Andrade de Medeiros aprofundou o saber histórico já produzido e trouxe à luz do nosso conhecimento mais ciência, significativamente acrescida”.

A Irmandade da Misericórdia da Vila, cuja fundação se terá situado entre 1551 e 1552, sob a tutela de D. João III, é aqui vista à lupa desde o seu início até meados do século XVIII. O Capítulo I trata da estrutura e funcionamento da Irmandade, desde os irmãos (recrutamento, número, naturalidade, condição social e eventual exclusão); passando pelos dirigentes (eleições, mesários e definidores) até aos serventuários (capelão mor, capelães menores, sacristão, agentes da saúde, amas, boticário, graneleiro, escrevente, procurador da casa, procurador das demandas e moço da Casa).

A entrada para a Irmandade obrigava o neófito a jurar cumprir os preceitos divinos e obedecer às regras impostas pelos órgãos dirigentes. Os nobres constituíam-se como irmãos de 1.<sup>a</sup> qualidade, sendo os mecânicos de 2.<sup>a</sup> qualidade. Durante algum tempo houve a preocupação de manter igual número de irmãos de uma e outra categoria. Quanto a expulsões de irmãos, registaram-se mais no grupo dos nobres. A principal razão é a de suborno eleitoral.

Verifica-se que já entre 1654 e 1750 alguns dos dirigentes da Misericórdia ocupavam também cargos da Câmara, enquanto que a maioria dos Político-Administrativos do Concelho eram igualmente eleitos para os corpos dirigentes da Irmandade. Como todas as Misericórdias do país e ultramar, a de Vila Franca era uma organização elitista, conferindo prestígio e distinção social aos seus membros.

O Capítulo II remete-nos para a construção do património da Irmandade. A dissertação aborda as doações pela evolução dos legados, disposições testamentárias e doadores. Se grande parte dos legados feitos até ao século XVII tinha como principal objectivo a remissão da alma pelo alívio das penas do purgatório, os efectuados a partir daí buscavam o bem-estar do corpo. Entrava-se, segundo o autor, na era de “pobres a doar aos pobres”. As disposições testamentárias dos beneméritos de então obrigavam a que se rezassem uma série de missas em sufrágio das suas almas. No que concerne ao número de missas impostas, a Misericórdia Vilafranquense é a menos obrigada, seguindo-se-lhe a de Ponta Delgada. Curiosamente, no caso da Ribeira Grande, são menos as doações e mais as missas a rezar por ano. Acontecia, porém, que algum tempo depois essas obrigações deixavam de ser cumpridas, por circunstâncias várias. Desse modo, os doadores “morriam pela segunda vez”.

A administração dos bens é tratada pelo historiador no Capítulo III. As receitas provinham essencialmente de rendas e foros (a trigo e dinheiro), enquanto as despesas aparecem distribuídas pela Assistência, Culto, Assalariados, Obrigações Testamentárias, Património e Despesas Diversas. João Luís Andrade de Medeiros faz, a seguir, a análise cuidada e profunda da gestão dos legados em regime de administração (recursos e obrigações) do padre Manuel Fernandes, de Isabel da Trindade, do padre Manuel de Sousa Novais e dos padres Perdigões. O autor analisa também o controlo e fiscalidade dos bens, sob o ponto de vista da intervenção da coroa.

Este trabalho de Mestrado, que arrecadou a nota máxima, é o corolário do reconhecido mérito e capacidade de entrega do seu autor. A história da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo oferece, só por si, e no dizer do júri, matéria para uma tese de doutoramento. Uma vez que o estudo apresentado ultrapassa, em muito, as exigências do mestrado, foi lançado ao historiador o repto do passo seguinte – o doutoramento – que, ainda segundo o júri, está praticamente feito.

Por isso, Mestre João Luís, Vila Franca e a História Açoriana aguardam, para breve, a conclusão desse desafio que está quase ganho.

Assisti à defesa da sua tese com emoção. Foi uma honra que lhe agradeço vivamente. A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo dá-lhe os parabéns e deseja-lhe as maiores felicidades e os melhores frutos do seu notável empreendimento.

Cecília Pavão